

Eleição não vai ao garimpo de Roraima

BOA VISTA Os quase 60 mil garimpeiros espalhados por 67 pistas de pouso clandestinas em inúmeras áreas minerais de Roraima são brasileiros comuns, mas não puderam exercer o direito de voto na primeira eleição direta para presidente do Brasil depois de 29 anos. É que a Justiça Eleitoral do estado não tomou nenhuma providência para instalar urnas em locais provisórios, deixando de fora do processo eleitoral esses trabalhadores vindos de todas as partes do país.

Segundo o presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Roraima, José Teixeira Peixoto, o mínimo que a Justiça Eleitoral poderia ter feito era a instalação de pelo menos três postos provisórios do correio em pontos estratégicos e considerados referenciais nos garimpos. "Eles são brasileiros como qualquer outro e a falta de disposição do poder público cerceou o direito mais digno de um homem em período de democracia: o direito de voto, ou,

ao menos, o de justificar a ausência", protesta Teixeira.

Na Justiça, a argumentação é de que a falta de recursos, aliada à pouca organização nos garimpos, impediu qualquer cogitação nesse sentido. Outro fator alegado é que as grandes distâncias além do fato das pistas só permitirem aviões pequenos impediriam a chegada a tempo do material eleitoral para o encerramento das eleições.